

# Valorização do património urbanístico português

No convite para a elaboração deste texto a dado momento lê-se: “a P&C tem procurado demonstrar que o património arquitectónico do País é muito mais do que igrejas e castelos”. Nesse “mais” tem cabido muito, designadamente a arquitectura que além da monumental faz cidade, os edifícios que consubstanciam a identidade espacial e paisagística dos núcleos urbanos.

Assim tem acontecido com a temática da reabilitação urbana, sendo esta entendida segundo as vertentes económicas, sociais e culturais mais correntes e actuais, mas também tendo em atenção que reabilitação urbana não é o mesmo que reabilitação urbanística e que, se esta pode ser menos interessante do ponto de vista económico e até social, a verdade é que é nesse domínio — o da fisionomia urbana (urbanismo) e da sua história — a perspectiva cultural do património tem lugar e eixos para a acção.

Urbanismo e sociedade interagem de forma incessante e dinâmica, mas a sociedade e a economia evoluem segundo processos e ritmos completamente diversos dos que ocorrem no edificado. Com maior lentidão, o suporte físico — o urbanismo — integra e sintetiza as transformações decorrentes do processo histórico, mantendo-as no activo que oferece à comunidade. Num cenário de grandes mutações sócio-económicas, o património urbanístico fica sujeito a permanentes ame-



*Praça em Cachoeira – Bahia, Brasil*

ças, mas também a acções criativas de desenvolvimento. É um património histórico pela acumulação e experiência, vivo e actual porque necessariamente contemporâneo. Pode suportar ciclos de pujança/depressão, alterações funcionais e/ou sócio-económicas, modernizações infra-estruturais, etc., tudo isso num processo de desenvolvimento pensado segundo uma lógica de salvaguarda. Não aguenta é o vandalismo economicista, novo rico, a obra arbitrária descontextualizada e sem conceito sócio-cultural como sinónimo de progresso.

Vem isto bem a propósito do convite para uma visão global e necessariamente breve sobre o património urbanístico de matriz portuguesa no mundo, aquilo que um projecto promovido pela Comissão dos Descobrimentos entre 1997 e 2001 designou por Universo Urbanístico Português 1415-1822 [UUP]. E porquê? Porque o que nele basicamente nos surpreende é que na sua espantosa diversidade de contextos sociais, económicos e geo-

gráficos, seja quase imediata a percepção de algo de comum, quer na forma de ocupar o território, quer no ambiente que caracteriza cada um dos seus espaços públicos. Todos tão óbvios e materialmente diversos, todos tão imediatamente familiares.

Durante décadas procuraram-se e avançaram-se explicações para a coincidência de tais experiências de identidade sensorial, mas cedo se verificava que qualquer uma delas serviria para justificar paralelos ou semelhanças com outras culturas urbanísticas. Afinal de contas os traçados e a morfologia urbanos são extraordinariamente diversificados, mesmo aqueles onde a matriz fundacional foi determinada por um desenho prévio. Igual sucede com os materiais e as cores dos edifícios, as texturas e os detalhes decorativos, etc..

O que separa a arquitectura do urbanismo é apenas uma questão de âmbito e escala, não o método, sendo esta a essência da arquitectura, quer na acção projectual quer na reflexão crítica



Rua em Diamantina – Minas Gerais, Brasil



Rua em Mindelo – S. Vicente, Cabo Verde

ca e analítica. Urbanismo não é mais do que a arquitectura da cidade, pois o processo de composição urbana é igual ao da arquitectura, sendo isso muito evidente precisamente no UUP. Há uma grande diferença no tempo, nas dinâmicas de concretização, mas a verdade é que também há uma arquitectura de tempo urbano, sem idade. É precisamente a tal arquitectura que, sem referencial ou ambição monumental, faz cidade.

Na maior parte dos casos no UUP eram as mesmas pessoas quem determinavam as características do traçado urbano e da sua morfologia, mas também as da arquitectura dos edifícios que os consubstanciaram. Frequentemente eram essas mesmas personagens quem, residindo e trabalhando, construindo, administrando e advogando, acabavam por contribuir para a urbanidade dessa nova realidade urbanística. Faziam-no repetindo processos e soluções com especial solicitude, pois sabiam da sua eficácia. A criatividade estava mais na sageza exercida na interpretação do lugar, do que na inventividade e composição de novas formas arquitectónicas.

Essas personagens tinham origens e estatutos variados, de juristas a militares, de clérigos a nobres, mas tinham intuída uma lógica e uma dinâmica de

organização espacial que podemos considerar sintetizada pela engenharia militar portuguesa, em especial ao longo do século XVIII. É essa a idade áurea da urbanização, do reconhecimento, formação e urbanização do actual território brasileiro. Tão resplandecente que todos se julgavam uma elite que alguns pretenderam ver a governar o reino. Não era caso para menos.

Para trás, para além de uma marcante e não descontinuada experiência de reordenamento do suporte territorial da nova realidade nacional durante a Baixa Idade Média, estavam dois séculos de experiência-erro na ocupação e ordenamento de novos territórios, com velhos ocupantes muito diversificados e em contextos geo-políticos e civilizacionais bem diferentes: no Magreb, nas ilhas do Atlântico, na América do Sul, no Hisdustão, no Ceilão e até no Extremo Oriente. Nos últimos destes casos, mas em especial na Índia, dinâmicas sociais mais recentes produziram transformações radicais. Ali as matrizes da arquitectura e do urbanismo portugueses foram apenas um contributo de percurso para a cultura do território autóctone. No Brasil não. No Brasil são a matriz, o material seminal de todo o sistema urbano e territorial. A lógica global do Império acabou por levar a que todos os seus agentes agis-

sem com base em protocolos de matriz militar, notoriamente nas acções de ordenamento e urbanização do(s) território(s): disciplina, ordem, rotina, seriação,... Para quê mudar quando o que se fazia já dera provas? Para além do mais essa lógica de regras não tinha propriamente modelos, o que deixava ao urbanizador — povoador seria mais correcto — uma larga margem criativa. Esse espaço para a criatividade conjugava-se com uma proverbial falta de rigor na execução. Mesmo nos casos mais geometricamente estruturados e/ou arquitectonicamente cuidados, a transgressão, por vezes o improvisado, surge assumida com uma criatividade de cariz popular que encanta, mas nem sempre abona em favor das razões e brio então arrogados pelos engenheiros militares. Foi nessa transgressão plástica, sobre um rigor metodológico e geométrico, que a apropriação e identificação das comunidades mestiças embrionariamente se produziu. Como já atrás poderia ter ficado dito, o urbanismo não resiste ao quotidiano da cidade, mas se a matriz for clara e forte permite integrar sem autofagia a mais ampla das diversidades. São inúmeros os casos onde bem depois da independência se continuava a urbanizar e construir segundo os mesmo princípios.





Rua no Serro — Minas Gerais, Brasil



Edifícios Públicos — Pangim, Índia




Praça em Icó (c.1930) — Ceará, Brasil

Tudo isto para enquadrar a forma simples como entendo o urbanismo português, o qual é, enquanto tal e necessariamente, daqueles tempos anteriores ao liberalismo e à europeização de Portugal, ainda que durante muitas décadas em diversas paragens se tenha continuado a fazer da mesma forma. Trata-se da resultante de um processo contínuo de experimentação-erro-experimentação em que a matriz caracterizadora, comum, consiste na simplicidade e vigor da sua composição geométrica, na coordenação rígida mas criativa do seu sistema de dimensões e proporções, na sujeição do todo estrutural a esses princípios e na liberdade do detalhe, da textura, da cor, da forma urbana e dos usos concedida por um sistema de regras/princípios que não conformam ou emanam de modelos.

Como numa formulação mais precisa já tive oportunidade de o publicar, caracteriza-se também “pela ocorrência de um padrão morfológico e cadastral regular; pelo traçado e dimensionamento global em função do espaço público; pelo mono-direccionamento da malha e correspondente hierarquização de ruas e travessas; pelo recurso a sistemas proporcionais algébrico-geométricos abrangentes, os quais se baseiam no quadrado e progridem para rectângulos de proporção  $\sqrt{2}$ ,  $\sqrt{3}$ , duplos, etc.; pela integração estrita da arquitectura nesse sistema de relações regulares e proporcionais e consequente florescimento de uma arquitectura de programa”.

Tudo vai sendo cada vez mais difícil de verificar e desenvolver em Portugal, quiçá o país do UUP mais sujeito a

dinâmicas de mudança renovadoras. Mesmo nas acções ditas de reabilitação, reposição ou restauro, a ignorância dos princípios, o desconhecimento sumário da cultura e processos de trabalho dos colegas de outros tempos têm conduzido a um processo inconsciente (porque ignorante), mas responsável (porque feito em nome de bons princípios) de continuada obliteração do que é matricial no património urbanístico e correspondente cultura espacial portuguesa. Talvez por um menor desenvolvimento de muitas das recônditas regiões do antigo Império, mas por certo por uma maior consciência e identidade colectivas, o mesmo não sucede com igual extensão à escala do UUP. Quando a reabilitação urbana não é urbanística, não passa de um negócio especulativo, ilegítimo e necessariamente com resultados de má qualidade.

Por tudo, mas também por experiência própria, entendo que o estudo e salvaguarda do património urbanístico português apenas é possível sem imperialismos mas à escala do antigo Império. Só quando foi possível conhecer e conjugar todos os dados é que passámos a adquirir um conhecimento mais próximo da realidade histórica e cultural que o urbanismo português conforma. E não foi apenas por uma questão de dimensão, número de casos, extensão, continuidade cronológica — entre D. Manuel I e o Marquês de Pombal escassas ou nulas foram as realizações urbanísticas expressivas no actual território nacional —, mas também porque o estado e ritmo de destruição em Portugal não tem paralelo com o que tem sucedido noutras paragens. Felizmente ou não, conscientemente ou nem por isso, a identidade urbanística portuguesa — a nossa cultura do território — é hoje, por mérito próprio, bem mais brasileira que da origem. 

WALTER ROSSA,  
Arquitecto, Professor no Departamento de  
Arquitectura da Universidade de Coimbra